

**PROJETO BÁSICO
INTEGRADO COM REQUISITOS DO ETP E DO ANTEPROJETO**

1. ÓRGÃOS INTERESSADOS

- 1.1. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA.
 - a) Responsável pela solicitação da contratação e pela despesa pública.
- 1.2. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.
 - a) Responsável pela confecção do Projeto Básico e pelo gerenciamento da execução da obra.

2. RESUMO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. IMPLANTAÇÃO DE TREVO DE ACESSO EM NÍVEL NA BR-163 KM 85 + 070 E MARGINAL, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, COM ÁREA TOTAL DE 12.917,200 M², COMPREENDENDO TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO (CBUQ), LIGANTES BETUMINOSOS, DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES, SINALIZAÇÃO, OBRAS COMPLEMENTARES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, CANTEIRO DE OBRAS, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, ALÉM DE ILUMINAÇÃO ASSOCIADA, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº. 016/2025 – SEIL.
- 2.2. Valor total da obra: R\$ 2.916.273,57 (dois milhões e novecentos e dezesseis mil e duzentos e setenta e três reais e cinquenta e sete centavos).

3. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A identificação do quantitativo e da descrição pormenorizada dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregados na obra estão previstas na planilha orçamentária anexa.

4. LEVANTAMENTOS PRELIMINARES

Local da execução do objeto da contratação: A obra deverá ser executada na BR-163 km 85 + 070 e marginal, no Município de Capanema/PR, Subtrecho: Entr. BR 281 (Planalto), conforme indicado nos projetos da obra em anexo.

Coordenadas geográficas UTM: Latitude: 7.155.796,42 N - Longitude: 220.590,09 E

Trata-se de um imóvel público, de propriedade da União Federal e se encontra sob a administração patrimonial do DNIT, conforme Decreto nº 8.376, de 15 de dezembro de 2014..

- 4.1. As imagens da situação do imóvel, com a ilustração dos serviços necessários, vão anexas.
- 4.2. Foram realizados os seguintes serviços preliminares que embasaram a confecção dos documentos que compõem o presente Projeto Básico:
 - a) levantamento cadastral, consistente em termo de permissão especial de uso 09-015/2025 (em anexo);
 - b) levantamento topográfico (documentos anexos);
 - c) sondagens e ensaios geotécnicos (documentos anexos);
 - d) ensaios e análises laboratoriais (documentos anexos);
 - e) estudo de tráfego e estudo hidrológico (documentos anexos);

- f) demais dados e levantamentos necessários, os quais vão anexos ao presente projeto básico.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO E SOLUÇÕES TÉCNICAS

- 5.1. As condições de execução do objeto da contratação e as soluções técnicas estão previstas no memorial descritivo anexo.

6. O PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A obra e os serviços deverão ser concluídos no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, após a emissão da ordem de serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 7.1. O Contrato terá vigência de 14 (quatorze) meses, para fins cadastrais.
- 7.2. O objeto deste Projeto Básico é contratado por escopo, o que impõe ao contratado o dever de concluir a obra no prazo de execução predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- 7.3. O prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 7.4. Quando a não conclusão da obra no prazo de execução predeterminado decorrer de culpa do contratado:
- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
 - b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

8. DEFINIÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

- 8.1. Para a execução do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- () empreitada por preço unitário
- (X) empreitada por preço global
- () empreitada integral
- () contratação por tarefa
- () contratação integrada
- () contratação semi-integrada
- () fornecimento e prestação de serviço associado

Justificativa: A eleição do regime licitatório é uma decisão da Administração Pública. Recomenda-se a adoção do regime de empreitada por preço global uma vez que foram definidas previamente no projeto, com alta precisão, as quantidades dos serviços que serão executados na fase contratual. Para a forma de pagamento, foi adotada sistemática de boletim de medição associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado – sendo vedada sistemática de remuneração atrelada a preços unitários ou quantidades de itens unitários executados. As etapas definidas referenciadas com os valores das medições são as constantes dos cronogramas anexos.

8.2. Indica-se que o objeto da presente contratação configura:

- () serviço comum de engenharia
(X) serviço especial de engenharia

Justificativa: o objeto envolve estudos e cálculos específicos, não sendo possível replicar soluções genéricas sem adequação ao local, necessidade de compatibilização com infraestrutura adjacente (drenagem, redes de energia, telefonia, iluminação pública e sinalização) e gestão de riscos elevada, dada a interferência direta na malha viária existente e no fluxo de veículos.

9. CONDIÇÕES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da contratação ocorrerá de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.
- 9.2. A Contratação será gerida e fiscalizada pelo(s) seguinte(s) agente(s) público(s):

FUNÇÃO	SERVIDOR	CARGO	PROVIMENTO	LOTAÇÃO
Fiscal Administrativo	Amanda Pereira de Andrade	Engenheira Civil II	Efetivo	SEINFRA
Fiscal Técnico	Amanda Pereira de Andrade	Engenheira Civil II	Efetivo	SEINFRA
Gestor da Contratação	Jair Canci	Secretário de Infraestrutura e Urbanismo	CCE	SEINFRA

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos **serão efetuados em parcelas** correspondentes às **medições mensais** a serem feitas de acordo com o estabelecido no **Cronograma físico-financeiro**, considerando os preços unitários constantes da Planilha de Quantidades, todos aprovados pelo órgão competente.
- 10.2. Os pagamentos serão realizados de acordo com o disposto no Convênio n. 016/2025 – SEIL, o Decreto Municipal nº 7.484/2024 e o disposto na minuta padrão do contrato administrativo, no que não conflitem com as disposições do Convênio.
- 10.3. Fonte dos recursos financeiros:
- a) R\$ 2.916.273,57 (dois milhões e novecentos e dezesseis mil e duzentos e setenta e três reais e cinquenta e sete centavos), valor que será repassado integralmente pela SEIL, conforme instrumento de convênio anexo.
- b) Não haverá contrapartida pelo Município.

11. DAS MEDIÇÕES PERIÓDICAS E DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 11.1. As medições periódicas e os recebimentos provisório e definitivo do objeto da contratação serão realizados de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.

12. ORÇAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO, ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DOS PREÇOS

- 12.1. A estimativa do valor total da contratação está prevista na planilha orçamentária que vai anexa.
- a) A planilha orçamentária apresentada pelo DER contempla todos os demais itens para a execução da obra exceto a iluminação pública, somando o total de R\$ 2.865.385,35 (dois milhões oitocentos e sessenta e cinco mil trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).
 - b) A planilha apresentada pela responsável técnica deve ser observada **APENAS no tocante aos itens relativos à iluminação pública**, somando o total de R\$ 50.888,22 (cinquenta mil oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos).
- 12.2. Os valores despendidos com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.
- 12.3. A dotação orçamentária específica será indicada pelo Departamento Contábil e Financeiro.
- 12.4. Os preços unitários dos itens que compõem o objeto da presente contratação foram obtidos por meio do referencial de custos fornecido pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, com exceção dos itens relativos à iluminação, os quais foram obtidos por meio do referencial de custos fornecido pelo SINAPI, conforme as planilhas orçamentárias apresentadas.
- 12.5. O valor total da presente contratação será de **R\$ 2.916.273,57 (dois milhões e novecentos e dezesseis mil e duzentos e setenta e três reais e cinquenta e sete centavos)**.
- a) O valor total da presente contratação e do convênio foi obtido a partir da soma da planilha orçamentária apresentada pela responsável técnica para os itens de iluminação pública (R\$ 50.888,22) e da planilha orçamentária apresentada pelo DER para os demais itens (R\$ 2.865.385,35), estando ambas anexas ao presente projeto básico.

13. DOS REQUISITOS DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (art. 34, da LCM 14/22) E DO ANTEPROJETO (art. 60, inc. III, da LCM 14/22)

- 13.1. **DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 34, inciso I):** A implantação do trevo de acesso ao Parque Industrial e ao Instituto Federal do Paraná (IFPR) mostra-se necessária diante do intenso volume de tráfego registrado no trecho da BR-163, que atualmente concentra fluxos locais e de longa distância em uma mesma seção viária. A ausência de infraestrutura adequada ocasiona riscos de acidentes, manobras inseguras de conversão e lentidão no escoamento de mercadorias e insumos. Dessa forma, a intervenção é indispensável para a promoção da segurança viária, da eficiência logística e do atendimento às demandas de mobilidade urbana e regional.
- 13.2. **DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (art. 34, inciso II):** O projeto está em consonância com o planejamento estratégico da Administração Municipal, constituindo obra estruturante para o ordenamento da expansão econômica e para a consolidação do Parque Industrial como polo gerador de emprego e renda, ao mesmo tempo em que garante acesso seguro ao

Instituto Federal, fomentando a integração entre atividades produtivas, educacionais e sociais.

13.3. DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 34, inciso V): As soluções alternativas, como a adequação dos acessos já existentes, mostram-se insuficientes para absorver o volume de tráfego e mitigar os riscos de acidentes, dada a complexidade do entroncamento. O trevo de acesso, por sua vez, apresenta melhor relação custo-benefício, pois organiza os fluxos de maneira hierarquizada, reduz conflitos viários, aumenta a capacidade operacional da via e gera ganhos econômicos duradouros, com valorização imobiliária e maior confiabilidade logística.

13.4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 34, inciso VII) com indicação das condições de solidez, de segurança e de durabilidade da solução (art. 60, III, “b”): A solução projetada consiste na implantação de trevo completo, com alças de acesso, marginais de apoio, sinalização horizontal e vertical, iluminação pública, drenagem superficial e obras complementares de urbanização. Os elementos construtivos foram dimensionados conforme normas técnicas do DNIT, DER e ABNT, garantindo solidez estrutural, durabilidade e baixo custo de manutenção. O projeto prioriza a segurança viária, reduzindo pontos de conflito, e amplia a percepção de segurança em períodos noturnos, graças à iluminação adequada e à segregação de fluxos.

13.5. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 34, inciso IX): Com a execução da obra, esperam-se resultados como a redução expressiva do número de acidentes e da gravidade dos sinistros, maior fluidez do tráfego, valorização imobiliária das áreas adjacentes, estímulo à instalação de novos empreendimentos e garantia de acesso seguro ao IFPR e ao Parque Industrial, ampliando a integração educacional e produtiva.

13.6. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 34, inciso X): Será necessário encaminhar o projeto à SANEPAR, para análise e manifestação quanto à eventual necessidade de adequação ou remanejamento das adutoras de água existentes na área de intervenção.

DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 34, inciso XI): Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta obra.

DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS, MEDIDAS MITIGADORAS E LOGÍSTICA REVERSA (art. 34, inciso XII): A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, bem como deverá adotar as medidas necessárias à proteção ambiental e as precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros durante a execução de suas atividades, e irá responder por danos causados a terceiros e ao meio ambiente em virtude dos serviços prestados, desde que efetivamente caracterizada e comprovada sua responsabilidade.

13.7. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 34, inciso XIII): Conclui-se pela plena viabilidade técnica, econômica e ambiental da implantação do trevo de acesso ao Parque Industrial e ao IFPR. A obra é essencial para a segurança viária, para a eficiência logística e para o desenvolvimento regional, estando alinhada ao planejamento da Administração e às normas legais pertinentes. A contratação se justifica não apenas pela necessidade imediata de ordenar fluxos e reduzir acidentes, mas também pelos benefícios duradouros de integração urbana, estímulo econômico e sustentabilidade territorial.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LICITANTE

14.1. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s)**, da região a que estiverem vinculados.

14.1.1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado do Paraná, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

14.2. Capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome do licitante**, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Execução de Base e Sub-base para Pavimento em Rodovias em Material Granular	867,99 m ³
Execução de Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	1.110,37 toneladas
As quantidades mínimas exigidas correspondem a até 50% do quantitativo previsto para obra, para cada um dos respectivos serviços apresentados.	

14.2.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar devidamente registrado no CREA ou no CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado **de atividade concluída**, ou documento equivalente, **que indique a licitante como empresa contratada**.

14.2.2. Possibilidade de somatório de atestados:

Na presente licitação, será (X) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, conforme autorizado pela Lei Federal n. 14.133/2021.

14.3. Capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme o disposto no subitem 14.2 do Projeto Básico.

- 14.3.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante**, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;
- 14.3.2.** Caso o licitante seja cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971;
- 14.3.3.** No decorrer da execução da obra, os profissionais do Contratado poderão ser substituídos, nos termos do art. 67, §6, da Lei nº 14133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. **Observa-se que o licitante que sagrar-se vencedor deve manter em sua equipe técnica, durante toda a execução da obra, o responsável técnico.**
- 14.4. Declaração**, conforme modelo a ser disponibilizado como anexo ao Edital, de que o licitante, por intermédio de seu responsável técnico devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.
- 14.1.1. A vistoria ocorrerá conforme agendamento, podendo ser até 3 dias úteis anterior a data da sessão.**
- 14.1.2.** Caso a empresa não queira fazer a visita técnica terá que preencher a Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica, sendo presumido o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante
- 14.1.3.** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá possuir formação na área de engenharia, devido à complexidade do objeto desta licitação, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 14.5. Declaração** na qual a Licitante manifeste sua total compreensão e conhecimento dos termos contidos na Especificação Técnica, conforme modelo anexo ao Edital.

14.6. Indicação do Responsável Técnico ou da Equipe de Profissionais Responsáveis Técnicos que participarão da construção da obra, conforme modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica anexo ao edital. O responsável técnico deverá opor assinatura de aceite na exigência constante acima.

14.7. Declaração formal de que disporá, por ocasião da contratação, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como contendo o cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos (modelos a ser disponibilizado junto ao edital).

15. DA DOCUMENTAÇÃO A SER EXIGIDA DA(S) MICROEMPRESA(S) E/OU EMPRESA(S) DE PEQUENO PORTE QUE SERÁ(ÃO) SUBCONTRATADA(S) PELO LICITANTE

15.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Certidão Simplificada original da Junta Comercial ou documento equivalente que ateste a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual;
- d) Declaração escrita conforme anexo do edital, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios legais;
- e) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG 1002, de 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

15.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Estaduais da sede da pessoa jurídica;
- d) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos do Município de Capanema;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- f) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, relacionados ao objeto da subcontratação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva, na forma da lei.

15.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.3.1. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s)**, da região a que estiverem vinculados.

15.3.2. Capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome da ME ou EPP que será subcontratada**, relativos à execução dos serviços que serão subcontratados a ela, a saber:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE
FAIXA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL C/TINTA RESINA ACRÍLICA BASE ÁGUA	499,45 m ²
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 240W ATÉ 350W	6.000 UN
Obs.: os valores relativos a tais bens e serviços encontram-se junto à planilha orçamentária.	

15.3.3. Capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, se aplicável, ou de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra**, que demonstre a experiência do(s) profissional(is) na execução dos serviços que compõem o objeto da subcontratação, conforme o disposto no subitem 15.3.2. do Projeto Básico.

16. DA MATRIZ DE RISCOS

16.1. Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência: Estão expostas na matriz de riscos elaborada.

16.2. Frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico: definição de equipamentos e técnicas de execução que possam otimizar custos e prazos, desde que expressamente solicitadas e anuídas pelo poder contratante e compatíveis com as diretrizes deste anteprojeto.

16.3. Frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de

aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução adotado: Não se trata de obrigação de meio.

17. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

- 17.1.** O objeto da presente licitação constitui (X) OBRA / () SERVIÇO DE ENGENHARIA, devido a transformação e aprimoramento do ambiente urbano, promovendo melhorias na mobilidade, segurança viária e valorização imobiliária. Essa intervenção, ao alterar substancialmente as características originais do local, contribui para o desenvolvimento econômico local, estimulando investimentos e fortalecendo a infraestrutura, facilitando o deslocamento e promovendo a eficiência logística, otimizando o tempo de viagem e reduzindo o desgaste de veículos.
- 17.2** Em relação as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013- Plenário TCU, somente serão considerados como erros substanciais ou relevantes e objetos de revisão os erros unitários de quantitativo acima de 10% (dez por cento).
- 17.3** No presente feito, os documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, com a emissão das ARTs de Obra ou Serviço nº 1720250755070 e nº 1720253346766.
- 17.4** Nos levantamentos preliminares do presente feito houve análise do local da obra pelo projetista, bem como foi feita a análise do solo e o diagnóstico da existência e das características dos equipamentos de saneamento básico do local, conforme relatório fotográfico, laudos de sondagem e demais documentos anexos.
- 17.5** Em relação aos custos unitários, foram utilizadas as tabelas de referência do **DER/PR de MARÇO/25** sem desoneração e **SINAPI de MARÇO/25** (Iluminação), observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021.
- 17.6** No orçamento da presente obra ou serviço foram juntadas a planilha sintética e as planilhas analíticas, bem como o documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias. Outrossim, foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas em relação à data de elaboração do projeto.
- 17.7** As composições de custos unitários foram elaboradas com base nas **tabelas de referência do DER/PR e SINAPI** (Iluminação), as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.
- 17.8** No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária. Especificamente em relação ao custo direto de administração local, foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU e adotado o parâmetro do **1º quartil**, por acarretar em custo total da obra mais vantajoso para a administração pública.
- 17.9** Foram adotados os parâmetros do convênio do SEIL para os custos indiretos (administração local, mobilização e desmobilização de equipamentos e canteiro de obras).
- 17.10** O cronograma físico-financeiro prevê pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra.

- 17.11 Na presente licitação foram juntados os relatórios das curvas ABC relativas aos INSUMOS e SERVIÇOS elaborados pelo analista do orçamento. Estão presentes no cronograma e orçamento da obra os macro serviços, dentre os quais os maiores valores se referem aos serviços mais relevantes da obra.
- 17.12 Foram adotados os custos de referência **sem desoneração**, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração Pública.
- 17.13 O detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 do Plenário do TCU, sendo adotados o quartil médio para todos os itens do BDI, por acarretar em custo total da obra mais vantajoso para a Administração Pública.
- 17.14 Na presente licitação, (X) SERÁ ou () NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, a fim de realizar a adequação do valor para a aquisição de insumos de elevado custo, que impactam no valor da obra, elevando-o.
- 17.15 O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos e define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.
- 17.16 Foram elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, os quais foram juntados aos autos e deverão ser divulgados com o edital da licitação.
- 17.17 A exigência do registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) demonstra a qualificação técnica da empresa, garantindo que ela possua profissionais habilitados para realizar os serviços de engenharia ou arquitetura. Além disso, a exigência está em conformidade com a legislação brasileira, que estabelece a obrigatoriedade do registro para o exercício legal dessas atividades.
- 17.18 O objeto licitado possui em sua uma execução algumas fases/etapas que apresentam individualidade e que podem ser desempenhadas por terceiros especializados, razão pela qual admite-se a subcontratação conforme documento disponibilizado à SELOG.
- 17.19 Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, acima indicado, bem como será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 17.20 Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 17.21 Recomenda-se a fixação, no edital, de exigência de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o art. 69 da Lei Federal n. 14.133/21, considerando a relevância e a complexidade da obra, a fim de assegurar a adequada execução do empreendimento.
- 17.22 Será permitida a participação de consórcios no certame licitatório.
- 17.23 Será vedada a participação de cooperativas, devido à natureza do serviço e pelo modo como é usualmente executado, havendo necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade, conforme entendimento firmado pela Súmula n. 281 do TCU.

- 17.24** Será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, sugerindo-se percentual acima de 5%, por tratar-se de contratação que envolve alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, nos termos dos arts. 96 a 98 da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 17.25** No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133/2021, nesta licitação foram tomadas as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:
- (X) Foram definidos os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;
 - (X) Verificou-se se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
 - (X) Verificou-se a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949/09 e Lei n. 13.146/2015).

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- 17.1.** As informações técnicas sobre os itens que compõem o objeto da contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por meio do e-mail: planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br.
- 17.2.** As informações técnicas sobre as regras e procedimentos estabelecidos para o presente processo de contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Logística e Contratações, por meio do e-mail: licitacao@capanema.pr.gov.br
- 17.3. Dos mecanismos formais de comunicação.**
- 17.3.1.** São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:
- a) Ordem de Serviço;
 - b) Ata de Reunião;
 - c) Ofício;
 - d) Sistema de abertura de chamados;
 - e) E-mails;
 - f) Mensagens por meio do aplicativo WhatsApp entre o Fiscal da Contratação e o responsável legal ou preposto do Contratado.
- 17.4. Integram este instrumento os seguintes anexos:**
- a) Anexo 1 – Convênio 016/2025 – SEIL;
 - b) Anexo 2 – Projeto Executivo;
 - c) Anexo 3 – Memorial descritivo;
 - d) Anexo 4 – Orçamento definitivo DER (todos os itens, exceto iluminação);
 - e) Anexo 5 – Orçamento resp.técnica (considerar apenas itens de iluminação);
 - f) Anexo 6 – BDI;
 - g) Anexo 7 – ART Projeto;
 - h) Anexo 8 – ART Orçamento;
 - i) Anexo 9 – Cronograma físico-financeiro;
 - j) Anexo 10 – Plano de trabalho;
 - k) Anexo 11 – Matriz de riscos;
 - l) Anexo 12 – Autorização ambiental;

- m) Anexo 13 – Planta de situação;
- n) Anexo 14 – Curva ABC;
- o) Anexo 15 – Laudo CBR.

Município de Capanema, Estado do Paraná, em 19 de setembro de 2025.

Jair Canci

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

Responsável pela Despesa

Responsável pelo Gerenciamento da Execução da Obra

Gestor da Contratação

Amanda Pereira de Andrade

Fiscal Técnico da Contratação

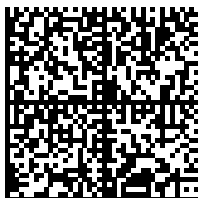
Fiscal Administrativo da Contratação



Documento: 14397/2025 - Projeto básico - Trevo Superdia ATUALIZADO.pdf

Data: 21/10/2025 08:12:22

Assinatura avançada realizada por: JAIR CANCI em 21/10/2025 16:10:28.



A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://capanemaprscp.equipiano.com.br:7575/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/50> com
o código 51d8dba9-0b86-4472-ac9e-235d8a104994